

CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

Portaria 064/2023 – DRH

A **MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN**, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas; e

CONSIDERANDO que cabe a administração pública, nos termos do disposto do art. 58, III e art. 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados, através de um representante; e

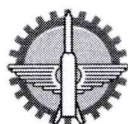
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter a figura do gestor de contrato, formalmente designado, durante toda a vigência dos contratos celebrados com a edilidade,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o servidor **Eliseu Porto Varela**, matrícula: 038, para sem prejuízo a suas atribuições, exercer a função de **GESTOR** dos contratos abaixo listados celebrado entre a Câmara Municipal de Parnamirim e terceiros durante a vigência do contrato, sendo mantido o servidor **Ari Luiz de Souza**, matrícula: 2376, como substituto da função, quando necessário.

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
004/2023 PREGÃO: Nº 017/2022 PROC. AD. Nº 571/2022 VIGÊNCIA: 02/02/2023	COMERCIAL J. A. LTDA EPP.	Contratação de Microempresa (ME) para fornecimento de forma parcelada de gêneros alimentícios para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Parnamirim/RN.





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
005/2023 PREGÃO: Nº 019/2022 PROC. AD. Nº 575/2022 VIGÊNCIA: 02/02/2023	J FERNANDES NETO LTDA.	Contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de materiais de limpeza para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Parnamirim/RN.

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
006/2023 PREGÃO: Nº 019/2022 PROC. AD. Nº 572/2022 VIGÊNCIA: 03/02/2023	COMERCIAL J. A. LTDA EPP.	Contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de materiais de expediente para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Parnamirim/RN.

Art. 2º. - O Gestor de Contrato possui competência para:

I – Acompanhar a execução do objeto do Contrato, tendo em vista garantir que estejam de acordo com as normas nele estabelecidas;

II – Fiscalizar se a Contratada mantém durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

III – Acompanhar o pagamento dos produtos efetivamente fornecidos;

IV – Prestar as informações e os conhecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, durante o prazo de vigência do Contrato, facilitando a obtenção dos dados técnicos necessários à elaboração dos documentos imprescindíveis ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

V – Autorizar o acesso dos empregados da CONTRATADA às instalações da contratante, sempre que se fizer necessário, exclusivamente para o fornecimento do material;

VI – Notificar a CONTRATADA, quando da ocorrência e/ou anormalidades relacionadas com a execução do Contrato, que resultem na inexecução parcial ou total do objeto do contrato, para que sejam adotadas as providências cabíveis;

VII – Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o Contrato;

VIII – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

IX – Manter a Câmara Municipal de Parnamirim informada de todas as ocorrências relativas ao Contrato, para adoção do procedimento administrativo próprio, quando ocorrer a inexecução parcial ou total do contrato, nos termos dos arts. 77 e 78, e atendidos os requisitos do art. 87 e seguintes, todos da Lei de Licitações;

Art. 3º. A atribuição de Gestor de Contratos Administrativos não será remunerada.





CÂMARA MUNICIPAL DE
PARNAMIRIM
A CASA DO POVO

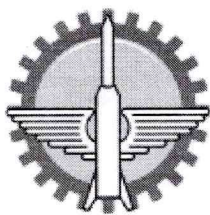
Art. 4º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de fevereiro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Parnamirim/RN, 03 de março de 2023.


Wolney Freitas de Azevedo França
Presidente





DIÁRIO OFICIAL PARNAMIRIM

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUÍDO PELA LEI Nº 030 DE 12 DE MAIO DE 2009

TIPO DOC
Portaria

Nº DOC
064/2023 - DRH

Nº DIÁRIO
DOM3886

DATA PUBLICAÇÃO
04/03/2023

Portaria 064/2023 – DRH

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM/RN, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas; e

CONSIDERANDO que cabe a administração pública, nos termos do disposto do art. 58, III e art. 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados, através de um representante; e

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter a figura do gestor de contrato, formalmente designado, durante toda a vigência dos contratos celebrados com a edilidade,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o servidor **Eliseu Porto Varela**, matrícula: 038, para sem prejuízo a suas atribuições, exercer a função de **GESTOR** dos contratos abaixo listados celebrado entre a Câmara Municipal de Parnamirim e terceiros durante a vigência do contrato, sendo mantido o servidor **Ari Luiz de Souza**, matrícula: 2376, como substituto da função, quando necessário.

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
004/2023 PREGÃO: Nº 017/2022 PROC. AD. Nº 571/2022 VIGÊNCIA: 02/02/2023	COMERCIAL J. A. LTDA EPP.	Contratação de Microempresa (ME) para fornecimento de forma parcelada de gêneros alimentícios para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Parnamirim/RN.
CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
005/2023 PREGÃO: Nº 019/2022 PROC. AD. Nº 575/2022 VIGÊNCIA: 02/02/2023	J FERNANDES NETO LTDA.	Contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de materiais de limpeza para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Parnamirim/RN.

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO
006/2023 PREGÃO: Nº 019/2022 PROC. AD. Nº 572/2022 VIGÊNCIA: 03/02/2023	COMERCIAL J. A. LTDA EPP.	Contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de materiais de expediente para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Parnamirim/RN.

Art. 2º. - O Gestor de Contrato possui competência para:

I – Acompanhar a execução do objeto do Contrato, tendo em vista garantir que estejam de acordo com as normas nele estabelecidas;

II – Fiscalizar se a Contratada mantém durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;